

Justiça cassa liminar e Piraquá volta aos índios

Hoje é dia de festa na Aldeia Indígena de Piraquá. Eles vão comemorar a decisão do desembargador Leão Neto do Carmo que considerou um recurso impetrado pela Fundação Nacional do Índio, através da Delegacia Regional de Mato Grosso do Sul, contra a decisão do juiz da Comarca de Bela Vista determinando a reintegração de posse sobre 400 hectares de terras ao fazendeiro Líbero Monteiro.

Isso quer dizer que o Tribunal de Justiça do Estado – acatando parecer do relator, Leão Neto, anula a decisão do juiz Otto Bitencourt e considera a terra como sendo, até prova em contrário e até que o presidente da República assinare o decreto determinando a demarcação definitiva e expedição do título em favor da comunidade indígena, como sendo "terra dos índios".

Nessa questão, os cerca de 200

índios da Aldeia Piraquá – divididos entre tribos Caiuás e Guarani, tiveram um advogado inesperado: o próprio presidente José Sarney que se mostrou sensibilizado com a questão e emitiu esta semana um telegrama à Secretaria de Segurança Pública advertindo para o fato de ter determinado à Procuradoria Geral da República e à Secretaria Geral da Justiça que acelerassem o processo de retomada do direito de legislar sobre o problema, uma vez que ele é iminente da competência da Justiça Federal. Depois de mais de duas semanas de "portas fechadas" e "lavar de mãos", todos os pareceres voltam a favorecer a comunidade indígena.

"Não foi uma vitória fácil e a guerra ainda não está ganha", desabafou, ontem, o delegado regional da Funai, Lizio Lili, que passou quase

uma semana batendo a todas as portas das autoridades federais envolvidas com a questão indígena, à procura de uma solução que resguardasse o direito dos Caiuás e Guarani que ao longo dos anos acabaram restritos a uma área de 2.300 hectares, dos quais o fazendeiro alegava ter a posse sobre 400. ha. "Ainda temos a garantia de que ninguém vai tentar nada contra a comunidade indígena, porque até que se prove o contrário, o que é impossível como já o provaram antropólogos e estudiosos da causa indígena, a terra é dos índios.

Segundo o delegado Lizio Lili, a questão ainda passa pela Justiça, só que agora pela Justiça Federal, que é o poder autorizado a proceder a oficialização da posse dos índios sobre a terra. "Haverá de se fazer um novo estudo da área antes da demarcação final", lembra Lili "mas agora as coisas

estão bem mais fáceis. Pelo menos, segundo ele, os índios estão livres do fantasma que ameaçava a cultura da comunidade.

Entre os movimentos que atuam no apoio à causa indígena, a notícia soou como um "grito de vitória". Ontem, o Grupo de Apoio ao Índio, em Dourados e Campo Grande já se preparava para um segundo passo nessa briga: emitir manifestações de apoio à posição do presidente José Sarney e cobrar dele uma solução o mais breve quanto possível para essa questão. Segundo o Gain, o índio já foi explorado o bastante. Está na hora de se garantir o direito ao pouco que restou às comunidades, ou seja a preservação da cultura deles, e não há como "se falar em cultura do índio, sem se falar terra do índio", como observou o delegado regional da Funai, Lizio Lili.